



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

ATA N.º 49/XIII-3º/2021-25

1 – Aos dezassete dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, pelas 21H00, no Auditório da Escola Secundária do Monte de Caparica, sito na rua 25 de Abril, na Freguesia de Caparica, realizou-se a reunião da Sessão Extraordinária referente ao mês de abril da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 - Período de Intervenção dos Cidadãos;
- 2 - Período de Antes da Ordem do Dia;
- 3 - Período da Ordem do Dia.

3.1 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “1.ª Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento e GOP-2024”.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Senhor Presidente Ivan Gonçalves, pelo 1.º Secretário Ivo Almeida e pela 2.ª Secretária Ana Paula Silva.

3 – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS); Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS); Daniel Alexandre Teixeira da Silva (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); Olga Natália Maia Mariano (PS); Pedro Branca Lêdo (PS); José Alberto Azevedo Lourenço (CDU); João Eduardo Alves de Moura Geraldês (CDU); Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU); Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU); Sónia Tchissole Pires da Silva (CDU); Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU); António Francisco Salgueiro (PSD); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); Inês Pezarat Correia Bom (BE); Karim Hassan Quintino (BE); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Sara Sofia Martins Pinheiro (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS); Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS); Pedro Miguel de Amorim Matias (PS); José Ricardo Dias Martins (PS); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).

4 – Nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 42.º do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS); Bruno Ramos Dias (CDU); Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU); Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU); Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU); Luís Pedro Amado Pinto Durão (PSD) manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Pedro Manuel Branca Lêdo (PS); Maria Teresa Rodrigues Cardinho (CDU), por impedimento de António Paulo Júnior (CDU) Andreia Sofia Egas (CDU), António Abrantes de Almeida (CDU), José Manuel Raposo Gonçalves (CDU), Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU), António Manuel Cardoso Pombeiro (CDU) e António José Olaio Silva (CDU); Fernanda Balbina Duarte Leitão (CDU) por impedimento de Ricardo Antunes Martins Carneiro (CDU), Beatriz Pé-Curto Mendes (CDU), Paula Cristina Loureiro Coelho (CDU), Augusto Máximo Flor (CDU) e Mário Bruno Pinheiro Magalhães (CDU); João Carlos da Silva Jorge Antunes (PSD) por impedimento de Sónia Raquel Mota Faria (PSD), Paulo Alexandre Ribeiro Sabino (PSD), Gonçalo Filipe Dias de Correia Fernandes (PSD), Irina Cristina Ludovico da Costa Tricamegy (CDS-PP) e Gilberto Alexandre Simões Ferreira Peixoto (Aliança).

4.1.2 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica Trafaria, Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito João Pedro Eixa dos Santos (PS); o Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó Luís Filipe Palma (CDU) solicitou a sua substituição pelo eleito Armando Martins Gonçalves (CDU).

8.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registaram as faltas justificadas do Senhor Deputado Municipal Joaquim Miguel Judas e da Senhora Deputada Municipal Maria Amélia Pardal.

4.2 – O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a ausência da Senhora Vereadora Francisca Baptista Parreira, da Senhora Vereadora Helena Manuela Azinheira e da Senhora Vereadora Joana Mortágua.

5 – Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para informação aos Senhores/as Múncipes

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Senhores Múncipes;

As intervenções serão gravadas e transmitidas no canal de Youtube da Câmara Municipal de Almada, pelo que é importante que o Senhores Múncipes e toda a Assembleia o saibam, gravação essa que se estende a todas as respostas que se seguirão.

5.2 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Múncipes Ana Catarina Fontes, Vanda Gonçalves, Catarina Nave, João Rocha, Liliana Sousa e Luís Ricardo.

5.2.1 – A Senhora Múncipe Ana Catarina Fontes:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A minha pergunta de hoje é como será o amanhã. O amanhã das nossas crianças, o amanhã dos nossos profissionais, o amanhã do nosso país.

A escola da Fonte Santa foi construída em 1958, são 66 anos de história, e para surpresa de alguns não é o edifício que faz uma escola, são as pessoas, desde a mais pequeninas, que não sabem pronunciar o próprio nome até aos funcionários da escola. Como será o amanhã destas pessoas tão pequeninas?

Perderem a referência que têm de ensino, na minha cabeça a única razão plausível para fechar uma escola é se a sua condição física colocar alguém em perigo, e eu afirmo que não é o caso da escola da Fonte Santa. O amanhã dos nossos profissionais, eu já tive outras experiências de trabalho e nunca fui tão respeitada como sou dentro desta escola. Eu sendo jovem e vendo a crueldade que é encerrarem uma escola que eu pessoalmente conheço desde os dois anos, dá-me menos vontade de não trabalhar neste país, de não ter filhos neste país e muito menos viver aqui.

A Professora Catarina Nave é um exemplo de profissional e custa-me ver alguém perguntar-se negativamente sobre os seus métodos, que para o choque de alguns têm um resultado muito bom, eu posso dizer isto porque eu frequentei este agrupamento, o Agrupamento de escolas de Monte de Caparica, e são poucos os professores que irei me lembrar durante a vida, a Professora Catarina trabalha na Escola da Fonte Santa há 18 anos, repito o nome da escola para que se lembrem que não desejam fechar uma loja, um restaurante ou um clube, uma escola com dezenas de crianças. 18 anos, com uma média de 25 alunos por ano, portanto com certeza já passaram no mínimo 450 alunos pelas mãos da professora, só na escola da Fonte Santa. Esta professora é mais que uma professora, é uma mãe para estes meninos, que vêm de diversos lugares, eu posso dizer que ela os ama como filhos porque eu sou filha dela, e nunca deixaria fecharem o sonho da minha mãe sem lutar, eu sei o peso que é, porque desde pequena me lembro dela a falar dos alunos dela com uma felicidade imensa, até hoje os antigos alunos vêm visita-la, já foram tantas emoções que aconteceram dentro desta escola, eu como uma jovem que quer seguir pedagogia tenho um grande exemplo em casa. Tenho a felicidade de poder trabalhar na Escola da Fonte Santa, ver os nossos meninos a entrarem todos os dias felizes e saírem cheios de terra porque brincaram no pátio que temos o privilégio de ter.

Lembro também que temos um jardim de infância, com 17 meninos, dos 3 aos 6 anos, meninos que me fazem ser grata todos os dias, dizem coisas que me fazem perguntar se eles são mais inteligentes do que qualquer outra geração, porque fazem perguntas tão complexas e engraçadas que eu não sabia que podiam ser ditas por



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

uma criança de 3 anos até começar a trabalhar com elas. Não sei se são mais inteligentes que outras crianças, mas com certeza têm uma formação que muitos nunca irão ter, pois têm uma base que os apoia, mimar e os ama. Se têm a dúvida se é possível amar os filhos dos outros, eu afirmo que é, pois eu e toda a equipa da Fonte Santa amamos estas crianças, eles são eles e por isso é que os amamos, não são números, são o amanhã do nosso país.”

5.2.2 – A Senhora Múncipe Vanda Gonçalves:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Como mãe de alunos e ex. aluna da Escola Básica de Fonte Santa, venho fazer parte desta Assembleia Municipal para manifestar a minha revolta perante o possível encerramento deste estabelecimento de ensino. Esta deveria ser uma escola modelo a nível nacional, sem tirar valor a outras.

Os métodos de ensino são extraordinários, deviam ser partilhados, conhecidos e seguidos por outros Agrupamentos de Ensino a nível nacional.

Ver os nossos filhos felizes ao sair da escola é o maior dos maiores reconhecimentos de quem lá está a exercer funções.

Sejamos justos para com estas crianças, e deixá-las serem felizes onde elas se sentem bem, por um futuro digno do que irão ser no futuro ao atingirem a idade adulta.

Em vez de encerrá-la porque não enaltecê-la?

Fica mais um imóvel público ao abandono como muitos outros existem nesta pequena localidade, ou existem interesses por trás deste possível encerramento?

Fica no ar as minhas perguntas a aguardar pelas respetivas respostas.

Também gostaria de salientar, que o nosso país está a atravessar um período que não está a ser fácil para todos nós e muito menos para os jovens trabalharem.

O empobrecimento da zona certamente ficará ainda mais acentuado, e perderão votos em vez de os manterem e angariarem ainda mais.

Todos nós temos o reverso do que plantões. Termina com mais uma questão;

Que segurança laboral terão os jovens que exercem funções nesta escola?”

5.2.3 – A Senhora Múncipe Catarina Nave:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero Começar a minha intervenção manifestando a minha alegria por ter acontecido o 25 de Abril há 50 anos. E ao mesmo tempo lamento ter acontecido só há 50 anos. E lamento também estar aqui no esquecimento aquilo que o 25 de Abril nos trouxe.

Quando comecei a frequentar a escola como aluna, ainda havia muitos resquícios daquilo que todos queremos esquecer, mas que devemos lembrar, a liberdade ainda não era total, pois as mentalidades costumam a mudar, tenho pena que algumas, passados 50 anos, ainda não tenham mudado.

Sou professora há quase 30 anos, há 18 anos que dou aulas na Escola da Fonte Santa. Uma Escola desta Freguesia, uma Escola deste Concelho. Eu dou aulas na Escola de Fonte Santa, tem duas salas, uma de Jardim de Infância e uma turma do 1º Ciclo. A turma do 1º Ciclo tem 4 anos de escolaridade, mostra como se pode aprender na diferença, ao contrário daquilo que muitos pensamos ou por falta de conhecimento, só tem vantagens.

Não temos falta de alunos, o que tem sido um argumento para fechar algumas escolas. Por vezes temos falta de recursos, mas nós os professores, desde há muito que estamos habituados a fazer omeletes sem ovos.

2.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A Escola ultrapassa as paredes do edifício, a Escola é localidade da Fonte Santa, a Escola são os alunos, auxiliares, professores, são os pais, os tios, os avós e os vizinhos. A Escola é uma comunidade, tal com deve de ser, esta e todas as outras. A Escola não é para dar lucro, não é uma empresa, a Escola não fabrica parafusos.

Os alunos aprendem uns com os outros, aprendem na diferença, porque é assim que nós aprendemos, na diferença, na heterogeneidade, na multiculturalidade, uma escola é um pequeno mundo, um ecossistema, infelizmente, neste país estamos a acabar com eles, vistas curtas não nos deixam ter a noção do que é a realidade.

Há pouco tempo tomei conhecimento que a Autarquia tem intenções de encerrar a Escola da Fonte Santa, e assim e muito rapidamente, porque não sou só professora, sou munícipe deste Concelho e cidadã deste país, gostava de colocar 3 questões:

Qual é o interesse para os municípios, uma vez que a Autarquia está cá para defender os nossos interesses, fechar a Escola de Fonte Santa?

Segunda Pergunta: qual é a desvantagem desta Escola funcionar?

E terceira pergunta: para que vai servir aquele edifício?"

5.2.4 – O Senhor Munícipe João Rocha:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Congratulo-me de vir a esta Assembleia Municipal, como é meu hábito fazê-lo, a fim de colocar questões relacionadas com a terra que me acolheu, há cerca de 4 décadas, ou seja, a Sobreda, quero também salientar que, defenderei até á minha exausto, todos as Charnequenses e Sobredenses, como sempre foi meu apanágio, fazê-lo até à presente data.

Começo então por o citar a seguinte: que na última Assembleia ordinária do ano transato, da União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda, foi comunicado a todos os eleitos e Municípes presentes, pelo Presidente desta que, recentemente havia recebido um email da ADSE, a comunicar que, a Junta de Freguesia da Sobreda, não havia efetuado as descontos obrigatórios para ADSE, aos funcionários desta, durante os primeiros 4 meses do ano de 2011, ou seja, janeiro, fevereiro, março e abril, respetivamente, cujos valores foram descontados nos vencimentos dos funcionários, não sendo estes remetidos pela Junta da Sobreda, para a Entidade Administradora, conforme determina a nº1, do Artº 4º, do Decreto-Lei nº 234, de 30 Dezembro de 2005, informando também a própria ADSE que, ainda não conseguiu apurar o valor real da dívida, por falta de documentação, provavelmente, continuará a encetar diligências nesse sentido, até à concretização do processo administrativo, a decorrer naqueles serviços.

Termino, lamentando que o Senhor Deputado Municipal João Geraldês, na Assembleia Municipal de 22 de fevereiro, do ano em curso, tivesse proferido algumas palavras contra a minha pessoa tais como: é mentira o que vem aqui a dizer, pondo também em causa a minha dignidade, na qualidade de Munícipe, nesta Assembleia Municipal, provavelmente, esta situação só acontece porque as minhas palavras incomodam nesta, utilizando também no seu discurso um tipo de interrogatório arrogante contra a signatário, para mais informações sobre a biografia do signatário, deverá dirigir-se ao Comando Geral da Policia Marítima, onde prestei serviço durante 30 anos, em funções policiais.

Em tempo: apelo a todos Sobredenses, Charnequenses e Municípes, que não acompanharam de perto a governação da Junta Sobreda, durante mais de 4 décadas, a qual foi sempre gerida pela mesma força politica, por esse motivo sugiro a todos que, leiam a entrevista publicada no Jornal Almadense, no dia 01 Maio, de 2009, depois da leitura desta, provavelmente, vão fazer uma análise e retirar as devidas conclusões do ocorrido."

5.2.5 – A Senhora Munícipe Liliana Sousa:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



Quando tivemos conhecimento de que a Escola de Fonte Santa poderá ser encerrada no próximo ano letivo, o meu filho veio falar comigo e perguntou-me se já sabia que a Escola ia fechar e respondi-lhe que íamos fazer tudo para que aquela escola continuasse aberta. Nós podemos ser felizes em muitos sítios, ajustamo-nos aquilo que é necessário, mas poder explicar ao meu filho o porquê quando eu própria ainda não entendi, é esta a questão que trago aqui, que é minha, é dele e é de todos os alunos e pais que no meu caso, decidi pô-lo especificamente naquela escola. Porque ali ele pode ser ele, ele pode ter uma palavra, ele pode fazer perguntas, ele pode ser livre lá dentro.

Um dos principais motivos de o ter posto lá, foi de acreditar no trabalho da Professora Catarina. Eu sou professora e conheço muitos professores, e por algum motivo eu escolhi a ela.

Em nome do meu filho e em meu nome, eu pergunto quais são os motivos pelos quais pretendem fechar a Escola de Fonte Santa?”

5.2.6 – O Senhor Município Luís Ricardo:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu venho aqui fazer uma pergunta para perceber em que fase se encontra o pombal contracetivo, uma vez que foi um projeto que eu coloquei na OPA de há 3 anos e foi um dos projetos vencedores pela União de Freguesias do Laranjeiro Feijó, e aproveito para ler aqui um pequeno texto, para defender a honra destes magníficos animais que são os pombos.

Não sou a favor da utilização de animais não humanos em teatros de operações que envolvam riscos para os animais, mas como se fala tanto contra os pombos, sou obrigado a falar naquilo que estes magníficos animais já representaram para a sociedade humana.

Os Pombos sempre desempenharam um papel importante em diversos conflitos e catástrofes naturais e foram durante milénios uma ajuda preciosa na agricultura e tiveram um papel fundamental na comunicação entre os humanos.

Os Pombos são as únicas aves, com registo das mais distintas medalhas, atribuídas por atos de bravura notável e devoção ao dever, por terem salvado milhares de vidas humanas.

Para quem é cristão os Pombos simbolizam o espírito santo, e não é por mero acaso que têm um lugar de relevo na bíblia.

Não obstante estes factos, nos tempos de hoje os Pombos são maltratados pela comunidade em geral.

É fundamental perceber, que os espaços que outrora foram o habitat de inúmeras espécies, são agora preenchidos por cidades, e assim, por imposição humana, os animais tiveram que fugir ou arriscar coabitar com uma imprevisível sociedade humana.

E sobre as doenças, tão faladas, dos pombos. Ninguém deveria criticar o que quer que seja sem fundamentos, e aconselho uma leitura pelos trabalhos científicos já realizados, para desmistificar aquilo que me parece ser uma manobra política, para alguns fugirem às responsabilidades e para que outros possam ganhar muito dinheiro, através de empresas dedicadas ao assassinato de animais inocentes.

Esses outros seres vivos também têm mãe, pai, e filhos para criar, gostam de respirar e viver, e tal como nós humanos, têm sentimentos e já cá estavam muito antes de nós.

E apesar das atrocidades que os humanos os sujeitam, os animais estão sempre prontos a defender com sua lealdade os propósitos da espécie humana.

Deveríamos sim preocupar-nos mais, por exemplo, com a falta de hábitos higiénicos de muitos municípios nas vias públicas.

E lembrar, também, que o ser humano é mil vezes mais prejudicial ao ambiente que a poluição causada por pombos, que é ínfima, comparada com a poluição que o ser humano provoca nos ecossistemas.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A falta de consideração para com os pombos, é um crime hediondo, que envergonha qualquer sociedade que se quer avançada.

Os pombos, são diariamente, vítimas de desconsideração, agressões violentas, tendo como consequência, nunca mais voltarem para junto dos seus filhos...a estes, espera-lhes a morte, ficam nos seus ninhos numa espera torturante pela chegada dos seus carinhosos pais que não voltam mais.

E esta, é uma forma dilacerante de cortar a raiz da natureza, que peca ainda mais, por sabermos que tal é possível de evitar com o recurso a métodos que salvaguardam a vida dos pombos e que são já utilizados em muitos lugares do mundo.

Os munícipes que realmente se preocupam com o município, pretendem que o pombal contracetivo seja uma realidade nos dias de hoje. É dinheiro bem aplicado naquilo que os munícipes precisam.

Há muito que as grandes capitais de países europeus convivem com uma grande população de pombos, e em momento algum os pombos foram estigmatizados, existindo sim um convívio harmonioso entre os cidadãos e os pombos.

Para finalizar Senhor Presidente.

Os animais não humanos não procriam porque assim o querem, mas porque a natureza assim o quis, e essa natureza é arrasada todos os dias pela negligência humana.

Os pombos, não são sujos, não são avarentos, não poluem oceanos e não fazem guerras.

Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados;

O conceito de liberdade tem de compreender o dever do cidadão de não contemplar a prática de qualquer tipo de agressão contra qualquer ser senciente.

Façamos de Almada uma cidade exemplar no tratamento digno de todos os animais. O Progresso não pode esperar. É tempo de construir o pombal contracetivo!

Viva a Liberdade! Vivam todos os animais! Vivam os pombos de Almada!"

5.3 – Em resposta aos Senhores Munícipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais António Pedro Maco (CDS-PP), Margarida Ramires Paulos (PAN), João Eduardo Galdes (CDU), Inês Pezarat Bom (BE), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), a Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

5.3.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A questão trazida aqui pelos pais e professores dos alunos da Escola de Fonte Santa, estas questões relativamente a encerramento de escolas, vai sendo recorrente ter-mos aqui nesta Assembleia Municipal e bem, a vinda de encarregados de educação, de pais, de professores, e demonstra que algo poderia ser muito melhor na educação em Almada e demonstra também que a Senhora Presidente ainda desconhece muito o Concelho e aquilo que se passa no Concelho e aquelas que são as raízes destas pessoas que hoje aqui vieram também, que fizeram escola e que hoje têm lá os sus filhos.

Mas, Senhora Presidente, vamos ouvir com certeza o esclarecimento que a Senhora Presidente tem para dar para estes pais e para estes professores.

Mas pergunto o porquê do encerramento desta escola e qual a finalidade que vai dar ao imóvel? Nós sabemos para onde é que os alunos vão ser deslocados, o que é que vai acontecer aos professores, aos funcionários, porque temos de ter aqui uma solução e a solução eu acho que seria requalificar a escola. Não a encerrar, mas **requalificarequalificá**-la. Ou seja, atribuir à escola aquilo que efetivamente o seu sentido merece e para o qual



foi criada. E eu não poderia deixar de terminar com esta palavra: vivam todos os animais, mas sobretudo vivam as crianças.”

5.3.2 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Queria deixar aqui também uma palavra ao Senhor Município Luís Ricardo, porque o conheço e porque sei o trabalho que desempenha em Almada, no Parque da Paz, sobretudo, na área da sensibilização, muitas vezes sem qualquer apoio, ele ajuda muitos animais doentes e não só, há muitas crianças, muitos pais que vão lá passear, e devido à falta também de voluntários é ele que muitas vezes faz esse trabalho, que retira as linhas dos pombos, que muitas vezes atam as suas patas, que cuida deles quando estão doentes e que ensina as crianças a cuidar, tantos dos animais, como dos ecossistemas, como do lago, como todo aquele espaço. Portanto, é alguém que eu compreendo que se emocione a falar deste tema, porque é um tema que é facto muito querido para ele e que ele faz muitos sacrifícios para cuidar destes animais e portanto, é totalmente expectável as suas palavras emocionadas e espero que saiba que não está sozinho e que todos os dias trabalhamos para termos uma Almada mais inclusiva para todos, incluindo também os animais.

Relativamente ao pombal contraceutivo, o PAN também enviou um requerimento em 2022, e recebeu uma resposta dizendo que a primeira fase de implementação estaria concluída ou era expectável que estivesse concluída no primeiro semestre do 2023, também enviamos um email à Junta de Freguesia do Laranjeiro, mas de facto, não temos mais respostas e também gostaria de saber como está situação.”

5.3.3 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Se me permitirem porque depois relativamente à Escola de Fonte Santa irei passar a palavra à Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira.

Vou brevemente tentar responder ao ponto da situação sobre o pombal contraceutivo, ficando desde já o meu compromisso de enviar por escrito esta resposta porque senão seria demasiado longa.

Dar também uma palavra de agradecimento ao Senhor Luís Ricardo que sabemos, tem sido também um grande apoio para os nossos serviços e reconhecido o seu trabalho nomeadamente junto ao Parque da Paz, e portanto, eu vou ler o mais rapidamente possível e dar nota: Já foi definida a estrutura do pombal, a sua localização, a estrutura com as distribuições, também o modo da distribuição do milho, a limpeza dessa estrutura como é que deve ser feita, há todo um manual de procedimentos que já foi colocado, também as quantidades de alimentadores de milho e onde colocar, também já foram identificados os locais, já foram definidos também a responsabilidade do cuidar do pombal no futuro. Portanto, neste momento já está a ser trabalhado, não é apenas a obra é também como é que essa obra vai depois ser mantida e essa é uma das partes da complexidade deste assunto, que não é em si mesmo muito complicado se tivermos em consideração que não basta comprar um pombal e pô-lo lá, portanto, está a ser trabalhado e depois também o seu funcionamento.

Inclusivamente com a definição da colocação do milho, o rácio de utilização, quais é que devem ser as medidas a dar e isto porquê? Porque em princípio depois a manutenção será feita também em colaboração até com a União de Freguesias de Laranjeiro Feijó, e está a ser trabalhado todo este projeto que em princípio neste momento, a única coisa que estamos à espera, é informações sobre os bio filtros que deverão ser implementados na laje de betão com filtragem, a ideia apesar de tudo será feita em plástico reciclado, mas a ideia que toda a estrutura também seja ecologicamente correta, e dar nota que isto é um projeto que está a ser trabalhado, o orçamento participativo parte do gabinete, mas está naturalmente a ser trabalhado e pela divisão de bem-estar animal, pelo seu Provedor do Animal, naturalmente também com a questão das obras e eu aqui não me quero atrever, mas penso que também em articulação com a União de Freguesias de Laranjeiro Feijó, se ainda não o foi vai ser, estamos a finalizar toda a documentação, todo o processo e lançar depois toda a aquisição e a feitura que é uma obra tanto quanto eu entendi relativamente simples, em mais estabelecer as normas o

B.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

funcionamento e eu imagino espero eu, que até tenham contado também com a sua colaboração para esse efeito.

Houve um ligeiro atraso no orçamento participativo, temos estado a reparar esse atraso, foi o parque canino que abrimos, foi também a reabilitação da Vila Nova da Caparica e de facto, já estamos a trabalhar também no pombal contraceptivo para que possa avançar.”

5.3.4 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Vou tentar com a maior serenidade possível e a maior objetividade possível, partilhar convosco toda a situação para quem está aqui e em casa possa ter a leitura do que é e do que foi efetivamente este processo.

Ninguém se lembrou há uma mês ou dois meses, de encerrar a Escola da Fonte Santa. Não, não se lembrou. A Escola da Fonte Santa juntamente com outras duas ou três situações existentes que eu já elenco a seguir, no Concelho, era uma situação já abordada por várias razões.

Nós demos início em 2021, à revisão para aprovação de uma nova Carta Educativa. E entendemos que era neste quadro, que esses problemas que eu diria que levantavam algumas questões, deveriam ser equacionados. E assim foi. A discussão da Carta Educativa foi uma discussão ampla, participada, levou algum tempo e acabou por ser aprovada em setembro de 2023 e eu relembro que a Carta Educativa onde está claramente identificadas essas e outras situações e as razões, constam da Carta Educativa que foi aprovada pelo Conselho Municipal de Educação, pela Câmara Municipal se me recorde por unanimidade, por esta Assembleia Municipal que se bem me recorde teve apenas o voto contra do CHEGA, e foi mais tarde e seguir validada pelo Ministério da Educação.

Portanto, não surgiu do nada nem por nenhuma razão que não se compreende.

Então, quais são as situações que existiam e que nós enquadrámos em toda a discussão da Carta Educativa, e que acabaram estas por lá ficar consignadas? Eram o Jardim Infantil do Feijó que funcionava num primeiro andar sem quaisquer condições, estava identificada a situação; era a situação de uma Escola do 1º Ciclo que todos sabemos tem 4 anos mas a escola tinha apenas 3 anos e todos os anos tinha que se arranjar uma jigajoga de juntar turmas, que se fossem turmas contíguas ainda se poderia aceitar, mas que chegou a um ano que já não eram contíguas e já não havia forma de resolver e que teve que se resolver naquele momento e que foi depois ratificada na Carta Educativa que foi o grupo do pré-escolar que saiu para a Trafaria nº 2, libertando uma sala para o 4º ano da escola onde estavam porque eram 4 anos e apenas tinham 3 salas, e era a questão da Escola da Fonte Santa por razões e está na Carta Educativa, que tinham a ver com razões de segurança e qualidade das instalações e questões pedagógicas.

Eu ouvi um município dizer que se lembra do 25 de Abril, que tem pena que ele não tenha acontecido antes e que há coisas que queremos esquecer do 25 de Abril. Eu fui professora 36 anos, e lembro-me que das coisas que maior gáudio deu aos professores a seguir ao 25 de Abril, foi que deixasse de haver turmas com 4 anos de escolaridade. Foi com certeza. Ninguém aqui o vai contrariar. Esta era de facto uma coisa do antes do 25 de Abril, que eles queriam com certeza esquecer. E era o único caso que tínhamos em Almada, de uma escola com uma sala apenas, e com 4 anos de escolaridade na sala. Eu até posso aceitar que possam existir dois grupos contíguos e até admito que aí se o grupo não for muito grande possa até ter vantagens. Agora 4 anos dentro de uma sala, não era com certeza a situação que desejaríamos dos pós 25 de Abril

Portanto, dizer-vos que planeamos tudo de acordo com aquilo que foi aprovado por todos nós excetuando o CHEGA, na Carta Educativa que aqui discutimos e apresentamos, pela Câmara Municipal, e validada pelo Ministério da Educação.

A questão que aqui se coloca é, fizemos a seguir a este processo, aprovada a carta e decidido o encerramento quer do Jardim de Infância, quer da mudança de turma nas duas escolas da Trafaria, quer do encerramento da Fonte Santa, fizemos todo o percurso com o Agrupamento, porque pertence a uma Agrupamento, de facto não há problemas com os profissionais porque eles pertencem a um Agrupamento, aquela escola não é uma ilha, pertence a um Agrupamento, e portanto, fizemos todo o percurso para que as crianças passassem para uma



turma da Escola nº 1 do Monte, que não é tão distante assim, se calhar algumas delas moram muito mais distante do que é a distancia entre as escolas, e para que que ficassem juntos, não fossem dispersos por turmas diferentes, ficassem no grupo e ficassem em turmas de continuidade sempre que possível. Mas o grupo ficará junto. E os professores também para lá irão, com certeza, não sou diretora da escola, não tenho a gestão do pessoal, mas os profissionais são profissionais do Agrupamento, não são profissionais da Escola da Fonte Santa, são profissionais do Agrupamento de Escolas do Monte de Caparica, que tem várias escolas, com vários Jardins de Infância, como com certeza todos sabem.

Portanto, a situação que aqui colocam, aquela que foi discutida, não é exatamente esta que aqui colocam. Nós sabemos que é uma escola só com uma sala, que está com imensos problemas na sua estrutura de teto, sabemos que têm as instalações sanitárias fora do edifício e de facto, não é a melhor condição para ter crianças nesta situação, se têm perto uma escola com todas as condições, e onde com certeza, ficarão tão bem acolhidas, não creio que sejam apenas os professores da Escola da Fonte Santa os únicos que sabem acolher crianças, não me parece. Haverá com certeza no Agrupamento e a Senhora Diretora do Agrupamento, irá velar para que as crianças que para lá vão e os profissionais que para lá vão, mantenham com certeza um maior contacto com as crianças uma vez que estão lá todos.

Portanto, dizer-vos que foi uma situação discutida e decidia com toda a discussão, com o encarar de todas as situações e a avaliação que fazemos exatamente dessa situação, é que as crianças ficarão devidamente enquadradas, terão mais meninos para brincar até do que têm na Fonte Santa e com certeza que não perderão nada no seu percurso, se calhar até poderão ter um percurso mais enriquecido.

Portanto, não posso aceitar tudo aquilo que ouvi aqui, aceitar aceite, não compreendo porque são situações emotivas e eu percebo-as. Mas não podemos gerir a rede escolar, o parque escolar, tudo isso, com base em situações e análises que não são aquelas que efetivamente são objetivas para a segurança e para o bem-estar das crianças.”

5.3.5 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em primeiro lugar para expressar o profundo respeito da CDU às 4 mulheres que aqui vieram colocar a questão da Escola da Fonte Santa, entre as quais a professora daquela escola.

Em segundo lugar para registar uma profunda preocupação da CDU.

Temos assistido recorrentemente nestas Assembleias Municipais, a situações em que a Câmara Municipal nos diz que está tudo perfeito, foi tudo bem feito, foi tudo conversado como devia ter sido conversado, mas depois as pessoas diretamente interessadas nesse assunto vêm aqui e dizem que não foi assim. Dizem que afinal ninguém falou com elas, afinal as coisas foram tratadas nas costas delas. Isto é profundamente preocupante porque não é um caso, são muitos casos que têm sido recorrentes nesta Assembleia Municipal.

Depois dizer à Senhora Vice-Presidente, que a CDU analisou com todo o detalhe e com toda a atenção a Carta Educativa. E ao contrário do que a Senhora Vice-Presidente aqui afirmou, não está previsto na Carta Educativa o encerramento de nenhuma escola. Está previsto como proposta de trabalho, num anexo à Carta Educativa, o encerramento de duas escolas no Concelho. Uma delas a da Fonte Santa e a outra a do Alfeite que também já aqui veio, também já aqui veio exatamente pelas mesmas razões.

Portanto, não se pode dizer que uma proposta de trabalho constante de um anexo da Carta educativa, seja um facto consumado.

Portanto, o que nós aqui registamos com preocupação, é principalmente esta situação recorrente de a Câmara Municipal, nos dizer que está tudo perfeito, está tudo bem, mas se calhar, as pessoas lá fora pensam de uma forma diferente e isso preocupa-nos.”

5.3.6 – A Senhora Deputada Municipal Inês Pezarat Bom (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Queria também em nome do Bloco de Esquerda agradecer às professoras que vieram aqui falar em nome da Escola da Fonte Santa e lamentar profundamente esta intervenção da Senhora Vereadora Teodolinda Silveira, porque de facto, é verdade que o 25 de Abril trouxe muita coisa positiva, mas entretanto, em 50 anos houve muitas práticas pedagógicas que se atualizaram. Hoje em dia não se olha para a turma como uma unidade em si, mas sim para os alunos. Cada aluno deve ser o foco do Professor. Existem muitas escolas hoje em dia progressistas, que têm modelos de ensino de facto, mais progressistas que olham para os alunos como seres individuais, respeitando as suas necessidades e os seus tempos de aprendizagem e sim é possível ter uma turma com 4 anos de escolaridade. É possível que essa turma seja até mais profícua do que às vezes turmas só com um ano de escolaridade onde há alunos com diferentes níveis de aprendizagem.

Portanto, quero agradecer-vos de trazerem aqui este caso que de facto, é mau estas escolas que dão uma visão diferente, inovadora, serem encerradas é triste e eu compartilho da vossa tristeza e veremos o que conseguimos fazer. Mas saudar a vossa intervenção aqui.”

5.3.7 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Queremos só deixar um pequeno ponto para reflexão.

Sabemos que esta zona do território já é muito fustigada por algum abandono, por falta de investimento, é uma zona que não tem o apoio necessário, como já tivemos situações em que não havia transportes suficientes, não havia centros de saúde, há um conjunto de coisas que não existem na zona e agora de um momento para o outro, há mais uma instituição, algo que é um núcleo de uma comunidade que vai fechar.

As escolas não são números, as escolas não são para dar lucro, as escolas são para formar homens e mulheres para a nossa sociedade e é nisso que devemos insistir, sempre no futuro das nossas famílias.

Alertamos que há uma comunidade que está enraizada nesta escola, há uma cultura criada à volta desta instituição, e antes de se tomar uma decisão de escritório, uma decisão apenas aritmética em que se veja apenas os montantes financeiros, se analise e se fale com a população. Que se chegue a um acordo, que se chegue a um entendimento, porque este género de situações, têm que ser evitadas e mitigadas ao máximo. Sabemos que às vezes têm que ser tomadas algumas decisões que não se vai conseguir ter o acordo de toda a gente, mas a população que é o que todos nós Vereadores e Deputados estamos a servir, tem que ser sempre ouvida, acompanhada e acarinhada.”

5.3.8 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Primeiro, a Carta Educativa foi aprovada, não é uma proposta de trabalho e tem um anexo que a suporta, e não é proposta de trabalho, foi aprovada em todos os órgãos que eu referi, a proposta e os referidos anexos. Aliás, a maior parte do conteúdo da Carta Educativa, está nos diversos anexos que tem. Portanto, isto é para não ficar a ideia de quem nos está a ouvir em casa, que é uma proposta solta que apareceu de algum sítio. Foi aprovada por quem eu disse, Conselho Municipal de educação, Câmara Municipal, Assembleia Municipal, e validada pelo Ministério com os seus anexos que lá estavam todos.

A segunda questão é: eu percebo, eu até consigo perceber algumas das questões, agora as questões que aqui são colocadas, não podem ser tomadas como as questões. Há outras questões para além dessas. Não são as questões. Senhora Deputada Municipal Inês Bom, não me ensina nada sobre isso, eu não sei se por acaso é professora, mas eu fui, e sei bem o que é a pedagogia diferenciada, e o que é olhar para aluno como aluno. Não é com certeza, mais fácil, numa sala com os 4 anos, isso é tudo verdade, tenho alunos diferentes, porque eles não são feitos em nenhum laboratório, portanto são todos diferentes, com pertenças diferentes, todas elas étnicas, sociais, são todas diferentes, e nessa diversidade sim, é preciso olhar para o aluno e dar a cada um aquilo que ele precisa, gerar-lhe oportunidades de igualdade, que é isso que muitas vezes não é feito. Não sei como é que se gere oportunidades de igualdade, com alguns daquilo que são minimamente as aprendizagens que eles têm que fazer diferentes, se estiverem no 1º, no 2º, no 3º ou no 4º, como é que é possível esse olhar



por cada aluno tendo em conta isto tudo que eu estou a dizer. Não é, é difícil. E para além do mais, as condições físicas também são importantes. E todos sabemos que ainda há bem pouco tempo houve uma intervenção no telhado e sabemos que precisa de uma intervenção estrutural no telhado. Portanto, existe um problema de segurança, existe um problema de logística, aquilo não tem as condições que uma normal escola tem.

Portanto, a escola está na mesma zona Senhor Deputado Nuno Mendes, está na mesma zona, na mesma comunidade, exatamente. Ninguém tirou os meninos de um sítio e os desterrou para outro sítio qualquer. Não, eles vão para o mesmo Agrupamento. Portanto, os profissionais que estão com eles acompanham-nos para o Agrupamento. Portanto, eu acho que estamos aqui a tentar dar força a argumentos que não conseguem apagar os outros argumentos.”

5.3.9 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dar nota que naturalmente em relação ao edifício estamos já a estudar o que é que o edifício poderá ser a seguir, lembrando que precisa de um arranjo estrutural e já agora dizer, a reabilitação da escola exigiria sempre a retirada dos meninos da escola. O que significa que quando a escola estivesse reabilitada, já não seriam os atuais meninos a ocupar a escola.”

6 – Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.2 – Foi apresentado o seguinte Voto de Pesar:

6.2.1 – Pelo Falecimento de António Policarpo, apresentado pela Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS).

6.2.1.1 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Foi com profunda tristeza que hoje, dia 17 de abril, recebemos a notícia da morte de António Manuel Neves Policarpo, personalidade de reconhecido mérito social, cultural e sindical do concelho de Almada.

Nascido no Bairro Operário do Alfeite a 23 de janeiro de 1946, foi aluno do ensino primário na Escola António José Gomes e frequentou a Escola Comercial Emídio Navarro, tendo ingressado como aprendiz de soldador no Arsenal do Alfeite em 1961, com apenas 15 anos.

Ao longos das décadas de 60 e 70 desempenhou várias funções em estruturas sindicais e associativas, tendo feito parte da Direção da Cooperativa Piedense, da Comissão de Trabalhadores da TIMEX e da Comissão de Trabalhadores do Arsenal do Alfeite.

Em 1979 é eleito para a Assembleia Municipal de Almada. Na década seguinte, foi ainda vogal do Pelouro da Cultura da Junta da Freguesia da Cova da Piedade, Presidente da Assembleia de Freguesia da Cova da Piedade e conselheiro da ANAFRE.

António Policarpo organizou, em 1989, em parceria com a Divisão de Museus da Câmara Municipal de Almada, as “Primeiras Jornadas de Estudo sobre o Concelho de Almada”, iniciando um rico e diverso percurso na área cultural. A partir de 1993 produz dezenas de projetos heráldicos para Juntas de Freguesias por todo o país, entre as quais Almada, Cacilhas, Caparica, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda.

Ao longo de mais de 30 anos, António Policarpo produziu inúmeras obras sobre Almada e o seu património cultural, em colaboração com outros importantes investigadores locais, particularmente com Alexandre Flores. Dentro da sua extensa produção destacam-se as obras sobre a história da Cova da Piedade, o saneamento em Almada, o Arsenal do Alfeite, a Torre Velha e o Lazareto do Porto Brandão, o movimento associativo e ainda sobre figuras locais como Bento António Gonçalves ou José da Silva Gordinho.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A sua partida deixa um grande vazio na nossa comunidade, contudo, estaremos sempre gratos pela generosidade com que António Policarpo se dedicou a participar na vivência coletiva de Almada, tanto no sindicalismo e associativismo, como no estudo e reconhecimento do património cultural do nosso concelho.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão extraordinária no dia 17 de abril de 2024, endereça as suas sentidas condolências à família, amigos e colegas de António Manuel Neves Policarpo.”

6.3 – No debate usaram da palavra o Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU) e a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada.

6.3.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para informar a Assembleia Municipal, que a CDU naturalmente, se associa a este voto de pesar pelo falecimento do António Policarpo, e sublinhar que, o António Policarpo é talvez uma das figuras mais destacadas e mais importantes da história da cultura do Concelho de Almada, do século XX e princípio do século XXI, que foi de facto uma obra de uma imensidão tal que é difícil qualificar a sua qualidade.

Importa também sublinhar que o António Policarpo foi eleito no Poder Local Democrático, na Assembleia Municipal primeiro, depois na Assembleia de Freguesia e depois na Junta de Freguesia da Cova da Piedade, sempre nas listas da CDU, sendo um militante do PCP como era.”

6.3.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Par dar nota que a Câmara Municipal, que não vota naturalmente nesta Assembleia Municipal, mas também se associa a este voto de pesar que também será apresentado na próxima reunião de Câmara, para que em reunião de Câmara possamos prestar a devida homenagem a António Policarpo, pelo grande contributo que deu a Almada, à cultura em Almada e ao Poder Local Democrático naturalmente também.”

6.3.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação do voto de pesar, tendo-se verificado o seguinte resultado:

6.3.3.1 – O voto de pesar pelo falecimento de António Policarpo foi aprovado por unanimidade.

6.4 – Seguiu-se um minuto de silêncio, proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia.

7 – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

7.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da agenda, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “1.ª Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento e GOP-2024”;

7.1.1 – Para apresentar a Proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

7.1.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O orçamento aprovado para o ano de 2024 apresentava uma elevada taxa de execução de cabimento, 83% e 53% já de execução nos compromissos.

Assim, considerando que no final do ano de 2023, se apurou um saldo para a gerência seguinte de operações orçamentais de 41.665.630.00€ (quarenta e um milhões seiscentos e sessenta e cinco mil e seiscentos e trinta euros), passível de integração no orçamento em vigor, mediante revisão orçamental, propõe-se integrar parte desse saldo num montante de 37.570.413.00€ (trinta e sete milhões quinhentos e setenta mil e quatrocentos e treze euros), que corresponde à estimativa inscrita no orçamento inicial da despesa em financiamento como não definido.

Este valor de 37.570.413.00€ (trinta e sete milhões quinhentos e setenta mil e quatrocentos e treze euros) compara com a integração no ano de 2023, de 36,5 milhões.



No ano 2022, nós temos tido uma progressão e temos dito sempre em crescente nos nossos orçamentos, o orçamento inicial era 128 milhões de euros, e na altura integraram-se 18,5 milhões de euros, em 2022 foi aprovado um orçamento inicial de 142 milhões de euros e integraram-se 35 milhões de euros, resultando um orçamento final após aprovação de 177 milhões de euros.

No ano de 2023, foi aprovado um orçamento inicial 161 milhões de euros e como já disse integraram-se 36,5 milhões de euros, o que resultou num orçamento final de 187,3 milhões de euros.

Para o ano de 2024, o orçamento inicial já era de 185,7 milhões de euros e com esta proposta de integração de 37,6 milhões de euros, o orçamento já vai ultrapassar os 200 milhões de euros, ficando em 223 milhões de euros.

É evidente que estes orçamentos também têm vindo a progredir devido a circunstâncias que nós conhecemos todos.

Primeiro a transferência de competências que como é evidente, trouxe não só um grande encargo para o Município, mas também aumentou as nossas receitas, e por isso é que os orçamentos estão sempre equilibrados a esse nível, mas também os grandes desafios do PRR é verdade, nalguns casos os investimentos na habitação, estávamos a falar das escolas, agora para além da reabilitação de uma série de reabilitações já em curso, como é o caso das escolas da Trafaria, há duas escolas a serem reabilitadas na Trafaria, e assim como também, a António Gedeão e a construção de dois centros de saúde, já para não falar dos grandes projetos das comunidades desfavorecidas.

Assim, e para não me alongar muito e para também permitir o debate, a revisão orçamental distingue em primeiro lugar, a área social, direcionando 24 milhões de euros de reforço, o que representa 64% do aumento total da despesa, com destaque para a habitação e serviços coletivos, mais 11 milhões de euros.

A Educação mais 4,2 milhões de euros, a ação social mais 5% e a saúde mais 1 milhão de euros.

A habitação e serviços coletivos, sobressai um aumento de 8 milhões de euros em despesas de investimento; na área da habitação o aumento total da despesa supera 5 milhões de euros, com destaque para a construção e aquisição de habitação social, 4,3 milhões de euros, para 2024 e relembro e é muito importante porque nós estamos a falar de investimentos plurianuais e que vai representar um peso muito consequente em 2025 e 2026, que é a data limite do PRR portanto, nós não excluimos ter que, ou conseguimos equilibrar em função dos adiantamentos se estes foram rápidos, e da restituição das verbas pelo PRR, ou não excluimos ter que vir ao longo do ano, recorrer à banca para este equilíbrio entre o investimento que a Câmara Municipal faz inicialmente, e a restituição das verbas consoante as candidaturas.

Para além disso, queremos naturalmente, salientar também, como eu já referi os projetos das duas candidaturas das operações integradas das comunidades desfavorecidas, tivemos que adiantar segundo a previsão, 2,3 milhões de euros para o projeto da construção dos 140 fogos na Costa da Caparica junto às Terras da Costa, despesa a realizar no ano em curso, e um reforço de 4 milhões de euros nos anos seguintes. Eu também já disse isso, nós temos um bocadinho mais do que 4 milhões de euros.

As Terras da Costa quando começamos a lançar o projeto, tinham uma estimativa de custo de 17 milhões de euros. Agora, cerca de dois anos a seguir, já com pré-projecto em curso, a estimativa que temos devido ao aumento dos preços, é de 24 milhões de euros. Isto aplica-se não apenas a este projeto, mas basicamente a todos os projetos.

Portanto, eu quero que os Senhores Deputados Municipais tenham a consciência do momento especialíssimo que todo o país está a viver, e não é apenas a inflação, é um facto de todo o país estar mobilizado para a concretização de um Plano de Recuperação e Resiliência, de todo o país e todos os Municípios estarem a lançar investimento, e haver uma clara falta de capacidade do mercado, das empresas em responder a esta procura. E isso, naturalmente tem um impacto grande depois dos valores das obras que é aliás, uma matéria que tem sido muito falada, tanto ao nível da Associação Nacional de Municípios, como mais perto ao nível da Área Metropolitana.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Também tivemos um aumento de 840 mil euros para a recuperação e conservação da habitação.

No ordenamento do território, precede-se à revisão da valorização de diversos projetos e há uma receita que não estava prevista antes porque neste momento também já temos o estudo, que tem a ver naturalmente, com a consolidação da vertente ou da escarpa de Olho de Boi, para o qual já fizemos o pré-projecto, e que por fim esperamos conseguir intervencionar rapidamente, a situação piorou, piorou depois das intempéries e naturalmente, aliás, já vamos enviar para as entidades competentes para aprovarem os pré-projectos com base nos nossos estudos já feitos sobre a solidez dessa vertente.

Temos um investimento e serviço de tratamentos de resíduos sólidos com um reforço de 2,5 milhões de euros, e dar nota naturalmente, que há sempre a questão premente, que é o aumento exponencial dos custos da AMARSUL e que é uma questão que está na ordem do dia de todos os Municípios, porque de facto, está a tornar-se incomportável, já ascendendo a mais de 8 milhões de euros.

Temos também o alargamento do horário pré-escolar e neste caso temos um aumento de 1,7 milhões de euros, aqui também em benefício das escolas, das crianças, dos pais, das famílias, o funcionamento dos Agrupamentos de Escolas e Escolas Secundárias, também aqui têm um aumento de mais 853 mil euros, para além lembrar que a transferência de competências ocorreu em 2022, quando falamos do aumento é já numa situação estabilizada e portanto, é nesse sentido.

Na área da saúde como também já disse, para além dos programas municipais de saúde que agora existem que nunca tinham existido, neste momento, para além disso, temos também os dois grandes investimentos nos centros de saúde que já referi.

Quero dar nota, estamos em negociações com as Juntas de Freguesia e aqui também esta revisão já prevê um reforço para a transferência de competências para as Freguesias e estamos a falar de mais 4 milhões de euros relativamente ao que era os antigos acordos entre a Câmara Municipal e as Juntas.

Temos também um reforço contratualizado de 2,1 milhões de euros para o pagamento do Contrato Metropolitano de Transportes;

O aumento em 664 mil euros no comércio e turismo, e o reforço de 368 mil euros de dotação inicial em investimentos do projeto de dinamização do Presídio da Trafaria, com um aumento aliás, de 2 milhões de euros nos anos seguintes, uma obra que já estava prevista e que devido às obras do PRR tem vindo a ser adiada e que esperamos conseguir enviar agora.

É verdade, o PRR lançou-nos muitos desafios e o maior deles todos é a concretização em 2026. Portanto, é verdade que muitos projetos que nos são muito queridos e no qual estamos muito empenhados, mas é preciso fazer opções e se queremos cumprir minimamente o prazo de 2026, e volto a dizer, os dois centros de saúde e as duas escolas, foram candidaturas que surgiram o ano passado, foram negociadas com o Governo anterior o ano passado. Portanto, tenho que dar aqui um agradecimento a todos os serviços da Câmara Municipal, das obras, do planeamento, da parte financeira, jurídica, todos os serviços estão mobilizados para conseguir em tempo record levar avante, são projetos que normalmente fazem-se um por Mandato, e agora neste caso, temos quatro para fazer em dois anos. Portanto, somos muito francos em relação a essa matéria.

Eu vou terminar por aqui, estando naturalmente disponível para dúvidas que haja, tenho que agradecer ao nosso serviço financeiro que aqui está para nos apoiar, e qualquer dúvida mais técnica que haja, também poder responder. De qualquer maneira é um exercício já conhecido dos Senhores Deputados, neste caso o valor que hoje estamos a propor para a revisão, foi um valor até pelo montante do orçamento, que já tinha sido definido em orçamento, como aliás, verba não definida, ou seja, o orçamento inicial já tínhamos previsto este montante de introdução de saldo de gerência e é isso exatamente que propomos aqui, naturalmente, na esperança que não venha a ser necessário a utilização total desta verba, porque os grandes desafios e temos todos que ter a consciência disso, os grandes desafios são de facto 2025 e 2026, que é onde se vai acumular o maior número de investimento previsto e lançamento de obra e também naturalmente de aplicação das verbas.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Este é um ano especial, todos os anos o que nós queremos é executar o máximo possível, este ano é igual, queremos executar o máximo possível, mas também temos a consciência da importância, e convido os Senhores Deputados, a olharem de facto, para as previsões dos investimentos plurianuais, porque é esse o grande desafio que temos pela frente.”

7.1.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 19 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD; 14 votos contra, sendo 9 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE e 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA; 1 abstenção da eleita do PAN (o eleito do CDS-PP António Pedro Maco e o eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica José Ricardo Martins, não se encontravam na sala) através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova a 1ª Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2024, nos precisos termos da deliberação camarária de 11 de abril, que aprovou a proposta n.º 2024-176-DF.

7.2 – A terminar os trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal expressou um agradecimento à Escola Secundária do Monte de Caparica pelo acolhimento e cedência da sala onde se realizou esta sessão.

8 – Concluiu-se a ordem de trabalhos pelas 22H35, tendo-se dada por concluída a Reunião da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, tendo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitado aos Senhores/as Deputados/as que fosse dada como aprovada a minuta da ata.

9 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião da Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros, da Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira, dos/as Vereadores/as Senhores/as José Pedro Ribeiro, Filipe Alexandre Pacheco, Nuno Filipe Matias, Debora Figueiredo Rodrigues, Maria das Dores Meira, António Sousa Matos, José Luís Matos, Mara Rita Martins e Filipa Cruz.

10 – Foi verificada a presença de cerca de 25 munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa

11 – Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

O 1º SECRETÁRIO _____

A 2ª SECRETÁRIA _____

